

# Kautsky, Lênin e o Comunismo Soviético

Rubens Pinto Lyra<sup>1</sup>

## RESUMO

A queda do Muro de Berlim, com o desmoronamento dos **regimes estatistas-burocráticos** – conhecidos como comunistas, foi um dos mais importantes acontecimentos do século XX. Todavia, uma densa névoa ideológica – de matriz leninista – dificulta a compreensão das causas de sua *débâcle*. Este trabalho procura desvelá-las, mediante a confrontação das teses entre Lênin e Kautsky – expoentes máximos da teoria política marxista à época – sobre o bolchevismo, tendo como pano de fundo o estudo da relação entre socialismo e democracia. Na parte final, busca-se recuperar os pontos axiais do legado de Kautsky para o século XXI, e as razões da sua modesta repercussão nas atuais análises e posicionamentos políticos sobre a falência do *socialismo real*.

Palavras-chave: Lênin. Kautsky. Comunismo. Regime do Leste Europeu. Socialismo.

A tarefa do socialismo em relação ao comunismo é a de zelar para que a catástrofe moral de certo método de socialismo não se torne a catástrofe do socialismo em geral, e para que esta distinção esteja claramente presente na consciência das massas.

Karl Kautsky, da obra  
Terrorismo e comunismo (1918)

O socialismo está indissolúvelmente ligado à democracia. Não há socialismo sem democracia.

Karl Kautsky, da obra  
A ditadura do proletariado (1919)

A tarefa da política marxista é defender as liberdades civis e possibilitar a sua ampliação, pela remoção dos seus limites de classe.

Ralph Miliband, da obra  
Marxismo e política (1979)

<sup>1</sup>UFPB. E-mail: rubelyra@uol.com.br

## A CRÍTICA MARXISTA DE KAUTSKY AO BOLCHEVISMO: ECOS NO SÉCULO XXI

A abrangência da esquerda, os critérios para se considerar como marxistas pessoas, regimes e processos, ou estratégias políticas capazes de viabilizá-los, e análise dos resultados do que se convencionou denominar de *socialismo real*, depende da forma como se interpreta e de como se abraça o marxismo, enquanto teoria e enquanto instrumento capaz de iluminar a práxis social e política. Na definição de tais assuntos, a relação entre socialismo e democracia é questão substantiva de máxima importância, e o modo como se dá essa relação, a sua forma e o conteúdo, constitui o substrato de qualquer concepção socialista ou de regime político que se reclame de tal concepção. Nessa linha de raciocínio, duas teses se confrontaram ao longo do século XX: a de Lênin e a de Kautsky.

Neste trabalho, apresentamos inicialmente a relação entre Kautsky e o marxismo, quanto ao método e a conceitos essenciais dessa teoria, de interesse para este estudo. Na sequência, comparamos as teses de Lênin e de Kautsky sobre socialismo e democracia. Examinamos, em um terceiro momento, as críticas de Kautsky ao comunismo soviético. Na quarta parte, cotejamos as teses de Kautsky com as com concepções marxianas sobre o caráter da transição para o socialismo.

Ao final, sintetizamos o legado de Kautsky para o século XXI, examinando as razões pelas quais persiste na esquerda brasileira de índole marxista, os mesmos pressupostos analíticos anteriores à queda do Muro de Berlim, caracterizados pelo reconhecimento do caráter socialista do comunismo soviético e pela legitimação às restrições à democracia que lhe são inerentes.

### I - PROLEGÔMENOS: A CRÍTICA DE KAUTSKY E O MARXISMO

No debate com Kautsky sobre o comunismo soviético, Lênin, de forma recorrente, acusa o “Mestre do Marxismo” – assim considerava Kautsky, até ele divergir dos rumos da Revolução Russa – de rever as teses de Marx. Com efeito, Kautsky não se ateve, nessa polêmica travada com Lênin, ao que “Marx disse”, como o fez o próprio Lênin. A atualização do pensamento de Marx por Kautsky foi vista por Lênin como desnaturação da teoria marxiana, como uma traição *tout court*. Daí o cognome que lhe atribuiu: o de “renegado Kautsky”, nominalmente citado na Sétima Condição para a adesão à Internacional entre os “oportunistas notórios”, que não poderiam ter o direito de serem reconhecidos como seus membros (GIRAUD; LONGUET, 1990, p. 125). Muito pelo contrário: a Primeira das Vinte e Uma Condições para adesão à Terceira Internacional explicita que

[...] nas colunas dos jornais, nas reuniões públicas, nos sindicatos e nas cooperativas, onde os filiados da Terceira Internacional estiverem presentes, é necessário marcar com ferro em brasa, sistematicamente e impiedosamente, não somente os burgueses, mas seus cúmplices, os reformistas de todos os matizes [...] (GIRAUD; LONGUET, 1990, p. 123).

Em contraste com o dogmatismo acima descrito, Kautsky entendia que

[...] jurar sobre a palavra do Mestre já que mais de uma vez suas palavras estão em contradição entre si. O marxismo não veio ao mundo como um dogma, estabelecido de uma vez por todas, mas como uma concepção surgida da realidade e que se desenvolve junto com essa realidade, graças aos métodos de observação. Desde o Manifesto Comunista, em 1847 até o último artigo de Engels, em 1895, o pensamento de nossos Mestres sofreu muitas modificações. Esse simples fato impede qualquer ortodoxia, que não era de nenhum modo possível após a morte deles, já que tinham emergido no mundo vários problemas sobre os quais Marx e Engels nada podiam saber, que nós tínhamos que resolver automaticamente[...].

À vista disso, segundo Kautsky, é o “método” o elemento permanente, vital e duradouro, que constituía a “alma do marxismo” e não os “resultados” – “elemento historicamente condicionado e passageiro” (SALVADORI, 1982, p. 301).

Com efeito, a “revisão” de Kautsky não incide em questões relacionadas ao método de análise marxista, nem sobre os pontos axiais dessa doutrina, mas incide sobre conceitos que o tempo desmentiu, ou os tornou ultrapassados, na perspectiva, por ele traçada, de “retirar do pensamento de Marx e Engels tudo que nele havia sobrevivido de ‘utopismo’” (SALVADORI, 1988, p. 164).

Alguns dos temas objeto da atualização do pensamento de Marx, por parte de Kautsky, têm interesse direto para a compreensão do debate entre ele e Lênin sobre o comunismo soviético: a teoria relativa ao “colapso” do capitalismo; à ditadura do proletariado e à ditadura do autogoverno, com a extinção do Estado.

Sobre a **teoria do colapso**, Kautsky sublinha como o apego dos comunistas a uma tese superada de Marx – a do “apodrecimento do capitalismo”, que levaria ao seu colapso, serviu de suporte à ilusão bolchevique de que seria possível, rapidamente, debilitar esse sistema, com a instalação de regimes de tipo soviético na Europa. E nessa esteira quebrar o isolamento da Rússia, salvando, a partir do exterior, o regime dos *soviets*.

O teórico da social-democracia alemã, contrariamente ao pretendido pelos comunistas, demonstrou que o capitalismo não estava “à beira do precipício” “putrefato” ou nos seus

últimos estertores. Ele reviu suas primeiras análises sobre a matéria quando percebeu que o “capitalismo regulado” tinha formas de controlar a crise e promover, dentro de uma relativa estabilidade, o crescimento das forças produtivas. Mas considerava positiva essa evolução, pois que não esperava “a vitória do socialismo da decadência econômica do capital, mas da ascensão moral, intelectual e política e da consolidação do proletariado” (1989, p. 26). Essa vitória poderia tornar-se realidade, apesar do capitalismo controlar suas crises, visto que esse sistema produtivo não poderia eliminar a raiz da luta pelo socialismo: a exploração, por meio da mais-valia, do proletariado.

Enquanto os “marxistas-leninistas” apostavam em uma revolução de famélicos, já que o capitalismo iria reduzir as massas proletárias a uma situação de crescente miséria, Kautsky acreditava no contrário: se a classe trabalhadora tivesse afundado numa miséria cada vez maior, ele hoje seria incapaz de se libertar. Ao invés, porque ele melhorou as suas condições de vida e pode escapar do embrutecimento, pode agora lutar pela sua emancipação “[...] O socialismo, isto é, o bem-estar geral da civilização, só se torna possível pelo imenso desenvolvimento das forças produtivas provocado pelo capitalismo, pelas enormes riquezas criadas por ele, e concentradas nas mãos da classe capitalista” (1989, p. 57).

Portanto, na visão de Kautsky, o advento do socialismo não seria obra do proletariado em farrapos, nem a violência o instrumento de sua realização. Ao contrário, graças à educação política, tornada possível pelo melhor nível de vida conquistado pela classe trabalhadora, este terá forças para empreender reformas sociais pacíficas, que pavimentarão o caminho para o socialismo. Em suma, tanto o capitalismo desenvolvido, gerador do crescimento quantitativo do proletariado e condição para o seu “amadurecimento”, quanto à vigência da democracia, capaz de viabilizar a realização de reformas, constitui elementos indispensáveis para que os trabalhadores, ao conquistarem o poder de Estado, assumam a gestão das empresas socializadas e promovam a ampliação da democracia, até remover os seus limites de classe.

Na sua obra **A revolução do proletariado**, Kautsky procede à revisão do pensamento de Marx o conceito de ditadura do proletariado e o sobre o fim do Estado. Sobre a **ditadura do proletariado**, Kautsky se exprime nos seguintes termos: “é verdade que a democracia não dá a certeza da transição pacífica, mas infalivelmente essa transição é impossível sem democracia” (1989, p. 30). Em 1919, ele propôs uma substituição do termo de “ditadura” por “domínio”, de tal forma que não se fosse induzido a pensar que o regime de transição para o socialismo seria antidemocrático. Tomou como exemplo a Comuna de Paris, mas entendo que “[...] a Comuna não significava o aniquilamento da democracia, mas estava baseada sobre sua aplicação mais profunda, à base do sufrágio universal. O poder do governo deveria ser submetido ao sufrágio universal” (1989, p. 30).

Em 1921, Kautsky dá um passo adiante e propõe a superação desse conceito, hoje preservado apenas pelo marxismo ortodoxo. Kautsky também critica a utopia marxiana da **extinção do Estado**, reiteradamente defendida pelos bolcheviques. A ditadura exercida por estes demonstra que não é possível conceber a eliminação da burocracia vez que as empresas, os sindicatos e as cooperativas e os partidos políticos não podem prescindir de funcionários especializados já que o povo não pode administrar a si mesmo. Ele tem,

[...] necessidade de seus próprios órgãos para a realização de assuntos concernentes à administração de suas organizações. Tem necessidade, sobretudo, da mais poderosa de suas organizações: do Estado. Em lugar de autogoverno, é melhor se falar de autodecisão do povo [...] (apud SALVADORI, 1988, p. 534).

Assim, para Kautsky, o Estado, como órgão regulador, é necessário sob o socialismo, embora expungido de seu conteúdo de classe. Isso porque que a sociedade continuaria a necessitar de um órgão que contenha seus impulsos particularistas. Quer dizer, de um novo Estado, apoiado numa “democracia sem classes”.

## II - LÊNIN E KAUTSKY: CONFRONTO DE TESES SOBRE SOCIALISMO E DEMOCRACIA

A despeito do antagonismo existente entre as teses de Kautsky e as de Lênin a respeito da natureza do socialismo e de suas relações com a democracia, ambos os teóricos socialistas tinham o marxismo como método de análise e guia para a ação. Com efeito, tanto Lênin quanto Kautsky fundamentaram suas teorias e práxis na concepção materialista da história cujo núcleo básico, como lembra Engels na sua introdução ao Manifesto Comunista, considera que:

[...] em cada época histórica, o modo predominante na produção econômica e da estrutura social que ela condiciona, forma a base material na qual se assenta a história política na dita época e a história de seu desenvolvimento intelectual [...]; que deste fato resulta que toda a história da humanidade foi a história da luta de classes, da luta entre as classes exploradoras e exploradas; que a história desta luta de classes atinge uma etapa em que a classe explorada – o proletariado – já não pode libertar-se do jugo da classe que o explora e o oprime – a burguesia – sem ao mesmo tempo libertar, de uma vez por todas, a sociedade inteira de toda exploração, opressão, divisão de classe e luta de classes [...] (MARX; ENGELS, 1967, p. 21).

Esses postulados básicos do marxismo orientaram a doutrina e a ação da maioria das agremiações políticas europeias, quase todas criadas na segunda metade do século passado com a denominação comum de **partido social-democrata (1)**. Dedicaram, portanto, todas as suas energias, à construção, por meio da luta de classes, de uma sociedade socialista.

Segundo Bottomore, havia também entre elas, em comum “um compromisso claro e com frequência reiterado com a democracia, não só como processo através do qual a classe operária chegaria ao poder, mas também com a substância da sociedade socialista” (BOTTOMORE, 1988, p. 338).

Todavia, a disputa sobre essa questão foi adquirindo, com o passar do tempo, importância crescente, até constituir-se como ponto de discórdia entre os seguidores de Lênin e as demais correntes de maior expressão do movimento socialista. A discussão sobre o caráter do partido revolucionário (que trazia embutida pontos de vista antagônicos sobre a democracia) serviu como detonador do processo de ruptura entre os leninistas e os outros integrantes da Segunda Internacional, adeptos do chamado “socialismo democrático”.

Estudaremos, a seguir, as principais divergências entre essas duas tendências contrapondo, em particular, de forma sistemática, as teses de Kautsky – principal teórico da social-democracia – hegemônicas no seio da II Internacional, e as de Lênin, que cimentaram o **bolchevismo (2)** e impulsionaram a criação da **Terceira Internacional (3)**, também conhecida como Internacional Comunista.

## 2.1 DIVERGÊNCIA SOBRE A FORMA PARTIDO

Esta divergência originou-se no Segundo Congresso do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos realizado em 1903. Nesse Congresso, os delegados se dividiram em dois grupos. O primeiro, liderado por Lênin, que queria um partido de quadros, constituído de militantes dedicados, e que, por isso, exigia “a participação ativa e politicamente engajada dos filiados à organização” O segundo, tendo à frente Martov, que considerava suficiente formas menos rígidas de participação, como o simples exercício de atividades sindicais ou a mera colaboração com o partido (LANE, 1988, p. 34).

Porém, como explica FOA,

[...] esta divergência escondia, na realidade, duas concepções muito diferentes sobre aquela que deveria ser a estrutura do partido revolucionário: uma organização formada por militantes em tempo integral e, portanto, limitada em número, mas compactada e disciplinada, ou um partido com ligames mais elásticos e flexíveis, aberto também aos simpatizantes e colaboradores [...] (1985, p. 115).

O antagonismo sobre essa questão manifestou-se, de forma irreduzível, com a criação, por iniciativa dos bolcheviques, da Terceira Internacional, que haveria de separar, segundo eles, o joio do trigo. De um lado, os que apoiavam o método de conquista do poder, o tipo de governo e o modelo de sociedade instalado pelo Partido Bolchevique na União Soviética; do outro, os seus oponentes social-democratas. Com efeito, a filiação à Terceira Internacional estava condicionada à aceitação, por cada partido candidato à sua filiação, a Vinte e Uma Condições, verdadeiramente draconianas, impostas pela Terceira Internacional. A Terceira e a Décima Segunda, por exemplo, relativas à organização partidária, estipulavam que os partidos filiados deveriam constituir-se à base do **centralismo democrático (4)**.

Quer dizer, tais partidos ficariam submetidos à “férica disciplina”, no modelo da “disciplina militar” sendo a sua direção “dotada de plenos poderes e das mais amplas competências” Mais: a Décima Quinta Condição estabelece que “os programas de todos os partidos filiados à Internacional Comunista devem ser aprovados pelo Congresso Extraordinário da Internacional Comunista, ou por seu comitê executivo”. A Terceira Condição determina ainda que “como os comunistas não podem ter confiança alguma na lei burguesa [...] deviam em toda parte criar um aparelho ilegal”. Finalmente: a Vigésima Primeira determinava que, dentre os seus membros, aqueles que rejeitassem as condições e teses da Internacional Comunista, deveriam ser “excluídos do Partido” (GIRAUD; ROBERT, 1990, p. 124).

Essa concepção de organização partidária foi energeticamente refutada pelos social-democratas. No seu libelo contra o poder discricionário exercido pelos bolcheviques na Rússia Soviética, intitulado *A ditadura do proletariado*, Kautsky, numa avaliação premonitória, anteviu a relação entre as características do partido revolucionário, tal como o concebia Lênin, e o aniquilamento da democracia, tanto no âmbito partidário quanto no âmbito da sociedade russa.

Segundo Kautsky,

[...] não se pode organizar as massas na ilegalidade e, ademais, uma organização ilegal não pode ser democrática. Este tipo de organização leva sempre à ditadura de um ou mais dirigentes, e os membros comuns são transformados em meros executores. Tal situação se torna necessária apenas onde as camadas oprimidas estão inteiramente privadas da democracia. E esta situação, longe de favorecer a autonomia e a independência das massas, não faz senão reforçar a crença que têm os chefes de serem messias, assim como a sua tendência para a ditadura [...] (KAUTSKY, 1979, p. 15).

## 2.2 DIVERGÊNCIAS SOBRE A CONQUISTA DO PODER, A DITADURA DO PROLETARIADO E A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

Lênin levou a cabo, na Rússia Tzarista, uma revolução de tipo insurrecional, com a derrubada, de um só golpe, do Estado capitalista, por meio de uma minoria de ativistas. Além do mais, considerou essa forma de conquista de poder como um modelo universal, aplicável a todos os países os países dominados pelo capitalismo.

O líder da Revolução Russa defendeu abertamente – no que se refere ao regime de transição para o socialismo – a **ditadura do proletariado (5)**, entendida como a “utilização do terror” contra os adversários do poder soviético. Na sua concepção “o proletariado não pode triunfar sem quebrar a resistência da burguesia e esmagar os seus adversários”. Em suma, a ditadura do proletariado deve funcionar como um poder que “se apóia diretamente na força e que não é submetido a nenhuma lei, devendo, por conseguinte, os “exploradores” serem ‘esmagados’ pela classe oprimida e “excluídos da democracia” (1970, p. 31/110).

Diferentemente de Lênin, os social-democratas rejeitam o recurso à força como meio para a conquista do poder. Eles só o admitem excepcionalmente, quando um país tiver dominado por um governo tirânico. Regra geral, a revolução deve ser alcançada “pelo método dito pacífico, da luta de classes, que se limita ao emprego de meios não militares, como o parlamentarismo, greves, manifestações, jornais e outros meios de pressão semelhantes”, assim como por “medidas de ordem econômica, legislativa e moral” (KAUTSKY, 1979, p. 28).

Trata-se, portanto, de processo revolucionário que exige longa e paciente preparação, baseada na luta política e reivindicatória e em árduo trabalho de convencimento das massas, até que essas “estejam amadurecidas para a revolução”. “Para que não se perca a vitória adquirida e seja ela mantida”, afirma Kautsky, “será necessário esclarecer e convencer as massas pela propaganda intensiva, antes que comecemos a empreender a execução do socialismo” (1979, p. 24).

Kautsky considera que a democracia é necessária, não somente para se promover a derrubada do capitalismo, mas também constitui “a base indispensável para a construção do modo de produção socialista”. E somente graças aos efeitos da democracia, sublinha, “que o proletariado adquire a necessária maturidade para a realização do socialismo” (1979, p. 24).

E arremata Kautsky:

[...] um regime que conta como o apoio das massas só empregará a força para defender a democracia, e não para aniquilá-la. Ele cometeria verdadeiro suicídio, se quisesse destruir o seu fundamento mais seguro: o sufrágio universal, fonte profunda de poderosa autoridade moral [...] (KAUTSKY, 1979, p. 32).

## 2.3 DIVERGÊNCIAS SOBRE O VALOR E O ALCANCE DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO REGIME CAPITALISTA

Segundo o líder dos bolcheviques, a democracia “continua sendo e não pode deixar de ser, sob dominação capitalista, um regime acanhado, mentiroso, hipócrita, um paraíso para os ricos, armadilha, engodo para os exploradores e os pobres. Destarte, seria um erro apostar nesse tipo de democracia, pois, “quanto mais desenvolvida ela é”, assegura Lênin, “mais se afastam as massas da participação no governo, da liberdade de reunião, imprensa etc.” (LÊNIN, 1979, p. 106).

No tocante ao Parlamento, por mais ilusões que os reformistas cultivem a respeito, a verdade é que “estão em dependência tanto maior da Bolsa e dos banqueiros quanto mais desenvolvida é a democracia” (1979, p. 109). Tais parlamentos são, com efeito, “um organismo estranho a seus interesses (do proletariado), um instrumento de opressão da burguesia contra os proletários, a instituição de uma classe hostil, de uma minoria de exploradores” (LÊNIN, 1979, p. 110).

Nessas condições, a participação nas instituições burguesas não pode ser estratégica, de efetiva aceitação dessas, já que, na verdade, elas são visceralmente anti-democráticas. Trata-se, como não deixa dúvida Lênin, de uma presença, apenas tática, instrumental, que não despreza nenhuma oportunidade para utilizar as brechas da “democracia” capitalista, mas sem nunca perder de vista a “estreiteza e a relatividade do parlamentarismo burguês” (LÊNIN, 1979, p. 109).

Enquanto Lênin ressalta as debilidades, a seu ver, intrínsecas, do que ele chama de **democracia burguesa**, necessariamente “miserável, uma farsa, uma democracia exclusivamente para os ricos” (1979, p. 111), Kautsky demonstra que a sua existência é essencial para que o proletariado “ganhe maturidade de ano para ano” já que a *práxis* democrática enseja a “organização, propaganda e a conquista de reformas sociais”. Por outro lado, o regime democrático no capitalismo propicia aos trabalhadores a ocasião de discutir e de deliberar sobre as formas de luta mais adequadas para a realização de mudanças. Assim, por meio das conquistas obtidas – como a redução da jornada de trabalho – a “massa do povo” amplia o seu tempo livre, adquire experiência na prática cotidiana da autoadministração e se capacita, por conseguinte, a lutar, ela própria, pela Revolução (KAUTSKY, 1979, p. 24).

A conquista da hegemonia, possibilitada pelo exercício da democracia no capitalismo, necessita, para se consolidar politicamente, de “organizações independentes, composta de cidadãos, instituindo a auto-administração nas coletividades e províncias”. Segundo Kautsky, o socialismo está condenado a permanecer uma utopia enquanto o proletariado não adquirir capacidade de autogestão de todas as organizações de que se apoderar, inclusive do Estado (KAUTSKY, 1979, p. 24).

Dessa forma, a classe trabalhadora, que cresce incessantemente em número, força e inteligência se tornará, graças às práticas acima referidas, “a classe mais importante da população”.

Neste momento,

[...] estará habilitada à conquista do poder político, mediante o sufrágio universal e igualitário, como único modo racional de eleição da sociedade de hoje e, conseqüentemente, a instalar, com a aquiescência da população, uma sociedade socialista (KAUTSKY, 1979, p. 21).

### III - A CRÍTICA DE KAUTSKY AO COMUNISMO SOVIÉTICO

#### 3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: A NATUREZA DO MODO DE PRODUÇÃO

A crítica kautskiana aos aspectos econômicos relativos à implantação do regime bolchevique (comunista) na antiga Rússia Tzarista busca seu fundamento em postulados axiais da teoria marxiana, relacionadas com a transição para o socialismo. De acordo com Marx, esta só poderia se efetivar em um país onde o modo de produção capitalista já fosse dominante. Portanto, onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas pudesse garantir a existência de riquezas a serem repartidas com a população. Nesse diapasão, **socialismo da penúria** expressa uma contradição nos termos, um contra senso para quem defende uma concepção materialista da sociedade.

Com efeito, a teoria marxiana demonstra que as possibilidades de uma transição para o socialismo são materialmente determinadas: o modo de produção socialista teria que ser, necessariamente, fruto, na dinâmica evolutiva do capitalismo, das contradições entre o desenvolvimento crescente das forças produtivas, da capacidade dessas de gerar riquezas, com relações de produção enrijecidas, limitadoras dessa potencialidade produtiva.

Ora, na Rússia soviética, o estágio atrasado de desenvolvimento das forças produtivas está na base da escassez de operários e quadros qualificados para desenvolver a produção. Sem esses, pouco adianta importar meios de produção avançados. Por outro lado, o baixíssimo nível de consumo, face à pobreza e à miséria generalizadas, conspira contra a produtividade dos trabalhadores. Tal situação está também associada à privação das liberdades que limita a capacidade de iniciativa dos que produzem, e conseqüentemente, o seu rendimento (KAUTSKY, 1931, p. 10).

Face tais limitações, Kautsky se empenha em demonstrar que a coletivização forçada do campo constitui uma “fuga para a frente” do regime. E que a indústria, criada ao preço de

desperdícios e de sofrimento nunca vistos, se caracteriza pela fraca produtividade e pela má qualidade de seus produtos (1931, p. 130/145).

Que modo de produção estaria então sendo construído pelos bolcheviques? Para Kautsky, o capitalismo de Estado, o qual:

[...] se limita a substituir os padrões privados – expropriados da propriedade de seu capital – por funcionários que, no essencial, conservam as antigas relações de produção, fundadas sobre o poder absoluto do diretor da empresa e da classe dominante no Estado [...] (1931, p. X).

Assim, na concepção leninista “a grande indústria exige uma unidade de vontade rigorosa, absoluta”, o que somente pode ser obtido pela “submissão da vontade de milhares de pessoas a de uma só” (LÊNIN, 1979, p. 659). O entendimento de Kautsky, também sobre essa questão, é diametralmente oposto ao de Lênin. Para ele, sem democracia, a propriedade coletiva dos meios de produção não é senão uma ficção jurídica que dissimula a apropriação das forças produtivas pelos detentores do poder político: a burocracia de Estado. Assim, propõe que, com o fim do regime bolchevique, as empresas socializadas sejam regidas por um conselho composto de representantes dos trabalhadores, dos consumidores e do Estado (BERGOUNIOUX; MANIN, 1979, p. 80).

Em conclusão, para Kautsky

[...] Um modo de produção socialista significa a organização da produção pela sociedade e exige auto-administração econômica por toda a massa do povo. A organização estatizada da economia pelo Estado ou por uma só camada do povo não é socialismo. Isso pressupõe numerosas organizações livres, tanto econômicas quanto políticas e a mais completa liberdade de associação. A organização socialista do trabalho não deve ser um militarismo [...] (KAUTSKY, 1979, p. 34).

### 3.2 REGIME JURÍDICO-POLÍTICO

Kautsky, em suas obras, critica, com frequência, o caráter antijurídico do poder bolchevique, encoberto por normas supostamente legais, que legitimam a arbitrariedade. A título de exemplo, cite-se aquela que permite aos eleitores organizar o procedimento eleitoral, a qual, em nome de um suposto “sentido de justiça das massas”, confere aos bolcheviques “a possibilidade de se desembaraçar de todo elemento inconveniente de oposição no próprio proletariado” (1979, p. 53).

É assim que a ditadura bolchevista “ditadura de um partido, no interior do proletariado” vai assumindo os seus primeiros contornos, ainda em 1918, com a dissolução da Assembleia Constituinte, no dia 19 de janeiro e com a expulsão dos mencheviques e de parte dos socialistas revolucionários do Comitê Executivo Central dos Sovietes, no dia 14 de junho do mesmo ano. Destarte, a repressão às outras tendências socialistas começa “bem antes da guerra civil; na realidade, ela começa com a própria tomada do poder” (FAUSTO, 2001, p. 42).

Por outro lado, na visão de Kautsky, a burocracia, comandada pelos bolcheviques, exerce o controle absoluto do Estado e, por tabela, dos meios de produção. Em vista disso, ela se comporta como exploradora coletiva do proletariado e do campesinato. Trata-se de um regime político, entrelaçado, de forma indissociável, por elementos econômicos e (anti) jurídicos, por ele qualificado de **despotismo burocrático (6)** de tipo **oriental**, que se exerce pela violência, ao arrepio da lei e dos direitos dos povos. Um despotismo *sui generis* porque se fundamenta no poder econômico e na tecnologia moderna. Para o teórico mais proeminente da Segunda Internacional, tal regime, sob Stalin, não é senão uma variante do fascismo: “O fascismo não é senão o equivalente do bolchevismo e Mussolini a imitação de Stalin” (1931, p. 112).

Massimo Salvadori lembra que, na sua obra, intitulada *Terrorismo e Comunismo*, Kautsky afirma que a ditadura do Partido Bolchevique, só podendo manter-se por meio do terrorismo, termina por produzir um regime de privilegiados políticos e sociais: uma nova classe de funcionários, cuja vocação é o bonapartismo, ou seja, um “despotismo exercido por uma minoria armada sobre uma maioria inerme” (1982, p. 337).

Com base nessas conclusões, o “Papa do marxismo”, considera o regime bolchevique uma **aberração histórica**, ainda mais nociva ao proletariado do que o capitalismo. Neste, os trabalhadores tem liberdade de reivindicar e podem se organizar para mudar o sistema em vigor enquanto no comunismo soviético os trabalhadores sofrem, além da opressão econômica, a ditadura política. Assim,

[...] O capitalismo industrial, de privado, transformou-se em capitalismo de Estado. Antes, o operário se apoiava, ora em um, ora em outro. Agora a burocracia do Estado e a do capital se fundiram. É esse o resultado da grande transformação socialista trazida pelo bolchevismo. Trata-se do despotismo mais opressivo que a Rússia jamais conheceu (1982, p. 113).

Portanto, na opinião de Kautsky, o regime bolchevique realiza uma potenciação da burocracia que esmaga os trabalhadores em uma medida em que o capitalismo não é capaz de realizar.

Em síntese, Kautsky entende que

[...] socialismo sem democracia não é digno de consideração. Por socialismo moderno não entendemos somente a organização coletiva da produção, mas, igualmente, a organização democrática da sociedade. Por conseguinte, consideramos que o socialismo está indissolúvelmente ligado à democracia. Não há socialismo sem democracia [...] (1979, p. 6).

## **IV - AS TESES DE KAUTSKY FACE ÀS CONCEPÇÕES MARXIANAS SOBRE O CARÁTER DO SOCIALISMO E DA TRANSIÇÃO**

### **4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS: O CAPITALISMO DESENVOLVIDO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO**

Impressiona o fato de que, desde 1919, nos primeiros anos do regime bolchevique – Kautsky já tenha vaticinado a impossibilidade da realização do socialismo na Rússia, haja vista o seu atraso material. Sendo assim, permanecendo os bolcheviques no poder, esses, ou renegariam o seu programa, ou se tornariam parteiros do retrocesso ao capitalismo.

[...] Os bolcheviques estão condenados à sina dos aprendizes de feiticeiros, seja como partido socialista, seja como partido no poder: voltados à realização de um objetivo impossível, eles se verão acuados a permanecer no poder, mas terão para isto que renegar o seu programa ou se tornarem agentes de um processo histórico radicalmente estranho às idéias socialistas. Os dirigentes bolcheviques tomaram o poder desfazendo-se de suas convicções democráticas e somente nele se manterão renunciando às suas convicções socialistas (1919, p. 210).

O caráter impossível desse objetivo já havia sido explicitado por Marx,

[...] *Uma nação pode e deve aprender com outra nação.* Todavia “mesmo que uma sociedade tenha descoberto a lei natural que rege o seu movimento [...] ela não pode suprimir, por saltos, nem abolir por decreto as fase naturais de seu desenvolvimento. Mas, pode abreviar o período de gestação e atenuar as dores do parto [...]” (s/d, p. 6).

Firmemente apegado a esse ensinamento de Marx, Kautsky, em 1931, reiterava que

[...] A tentativa de edificar, na Rússia, em um ambiente econômico e social atrasado, através do terrorismo policial, burocrático e centralista, um modo de produção socialista, está fadada por antecipação à falência. Nem um feiticeiro poderá retirar o bolchevismo do impasse em que se encontra (1931, p. 22).

Comentando a tese marxiana Quiniou, sublinha que,

[...] O caráter democrático da transformação é uma consequência lógica do lugar destinado à transição: o capitalismo desenvolvido é quem fornece não apenas seus meios, mas também os seus agentes. A escolha da democracia é, pois, consubstancial à teoria histórica em si mesma, tanto mais que mais que materialismo, história e política são conceitualmente solidários. Não se trata de uma simples preocupação ética: exprime, na política, a verdade do modelo histórico [...] (1992, p. 133).

## 4.2 ASPECTOS SOCIAIS: A CLASSE TRABALHADORA, ARTÍFICE E CONDUTORA DA REVOLUÇÃO

Do ponto de vista do desenvolvimento social, a existência de uma classe operária numerosa, organizada, com nível técnico e educacional, experimentada e amadurecida aparece, na concepção marxiana, como condição necessária para que o processo revolucionário possa, com características democráticas, se efetivar. O capitalismo desenvolvido é quem fornece, como vimos, os agentes necessários à construção da democracia no socialismo. O socialismo, já dizia Marx no Manifesto Comunista “é movimento da imensa maioria” e não apenas para a imensa maioria. O “substituísmo” levado a cabo por Lênin (o Partido se torna o agente e o condutor da mudança) retira um dos requisitos fundamentais do socialismo – pelo menos do marxiano: esse será produto da organização e da luta do conjunto da classe trabalhadora, aspecto constantemente enfatizado por Kautsky como condição *sine qua non* para a gestação da “nova sociedade”.

## 4.3 ASPECTOS POLÍTICOS: A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

A concepção marxiana do socialismo como modo de produção dos trabalhadores associados é ontologicamente associada à democracia. Conforme ressalta Quiniou,

[...] Marx nunca deixou de colocar a emancipação humana individual no coração de seu projeto, a tal ponto que ele o concebia como uma associação onde “o livre

desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos” (Manifesto do Partido Comunista), e não o contrário [...] (QUINIYOU, 1992).

A formação de um Estado totalitário, comandado pela **nomenklatura (7)**; a ausência de pluralismo ideológico, com o controle coletivo sobre as consciências em domínios que devem estar fora de seu alcance, como a religião, a ciência e a arte, enfim, o recurso à violência indiscriminada, não têm nada a ver com a concepção democrática de construção do socialismo de Marx.

A democracia deve, pois, aparecer, ao mesmo tempo, como o ponto de partida, a forma constante e o objetivo último do socialismo. Conforme lembra Quiniou, “longe de poder defini-la como uma simples exigência deste, devemos considerá-la a **essência** do socialismo. É o socialismo que deve ser considerado, no sentido inverso, uma exigência da democracia” (1992, p. 135).

É despidendo sublinhar a conformidade das teses de Kautsky com o acima exposto, por ele lapidarmente sintetizadas: “o socialismo está indissolúvelmente ligado à democracia. Não há socialismo sem democracia”.

## V - SÍNTESE DO LEGADO DE KAUTSKY AO SÉCULO XXI

A produção teórica de Kautsky é *sui generis*, ampla, atual e de grande interesse para questões fundamentais de nosso tempo, como as atinentes ao socialismo e à democracia. Ele, com maior destaque que a de outros autores, vítimas do anátema lançado pelos comunistas, tem muito a contribuir, com seus “livros notáveis” (expressão utilizada por Rui Fausto para qualificar a obra de Kautsky) para desvelar muito do que o filtro repressivo e ideológico do leninismo escondeu. Nas palavras daquele eminente historiador,

A bruma que envolve o movimento socialista no século XX é muito mais espessa do que se supõe em geral e há materiais importantes enterrados sob o peso de mitologias ainda poderosas. Há autores que não se lê, partidos e organizações que quase não deixaram traços, há acontecimentos quase esquecidos (FAUSTO, 2001, p. 290).

Boa parte dos últimos vinte anos da vida de Kautsky – que vão de 1918 a 1938 – foram dedicados à crítica ao regime soviético, considerado por esse teórico como sendo atrasado economicamente, injusto, do ponto de vista social e politicamente ditatorial. Em suma, uma **aberração histórica**, um “parêntesis” na história do desenvolvimento do modo de produção. Apresenta, portanto, características **opostas** a de um regime socialista, o qual somente se justifica historicamente pela superioridade de seu sistema econômico face ao capitalismo, pela

promoção crescente da igualdade social e pelo seu caráter democrático. Ademais, para Kautsky, o regime soviético, por se sustentar na repressão, é ainda mais negativo de que o capitalismo, com características totalitárias, semelhantes, desse ponto de vista, ao fascismo.

A concepção de transição ao socialismo, supramencionada, Kautsky simplesmente a pede emprestado a Marx. Ela é ontologicamente indissociável da própria teoria marxiana e está na raiz de todos os demais componentes do legado kautskiano, relacionados com a sua compreensão do bolchevismo, da democracia e do socialismo, entendidos esses dois últimos conceitos na sua “complementaridade dialética”. Mas não podemos nos deslembrar que Lênin se identificava plenamente com a concepção de transição para o socialismo em comento, até quando os bolcheviques, sob sua liderança, decidiram empreender a estatização da Rússia Tzarista.

A esta primeira singularidade – a de ser uma crítica marxista (mais do que isto: marxiana) do bolchevismo –, acrescente-se uma segunda: o questionamento da dissociação estabelecida entre a Rússia sob Lênin, que teria seguido o rumo do socialismo de acordo com os cânones marxistas, e a dirigida por Stalin, que teria conduzido o regime soviético a um processo de degeneração. Na ótica kautskiana, muito pelo contrário, o stalinismo teria sido “a culminação **necessária** do bolchevismo”. Na síntese de Salvadori,

[...] Fora Lênin, com efeito, quem destruía a possibilidade de desenvolvimento democrático aberta na Rússia em fevereiro de 1917 e forçara as condições econômico-sociais, não maduras para o socialismo. O preço desse forçamento fora a ditadura armada de minoria, que inutilmente Lênin buscara conciliar com uma democracia soviética, impossível em si. Fora Stalin quem eliminara definitivamente a contradição, tornando-se, assim, ao mesmo tempo, herdeiro de Lênin e aquele que depurara a sua obra da insustentável contradição entre ditadura do partido e democracia soviética [...] (SALVADORI, 1986, p. 290-291).

Vê-se que Kautsky foi o único teórico marxista de envergadura que identificou Lênin como aquele que lançou os fundamentos do **socialismo real** e foi também o único a vaticinar a sua, inevitável, volatilização. Ele já havia, como vimos, indicado, desde 1919 em sua obra *Terrorismo e Comunismo*, a impossibilidade de o regime bolchevique construir o socialismo. Mais adiante, em 1930, na obra portadora do sugestivo de título de *O bolchevismo no impasse*, vai mais além, afirmando que,

[...] Esta louca experiência vai terminar em um estrondoso fracasso. Nem mesmo o maior dos gênios poderá evitá-lo. Ele resulta naturalmente do caráter irrealizável da empreitada, nas condições dadas, com os meios utilizados. Quanto maior é o projeto, maior a violência para obter resultados, que só poderiam provir de uma lâmpada mágica, como a de Aladin [...] (1931, p. 21).

Tais previsões – sublinhe-se com ênfase – foram feitas, as primeiras há quase cem anos, e as segundas, sessenta anos antes da queda do Muro de Berlim. Não obstante, o que o “renegado Kautsky” previu nesse período já distante – os primórdios da Revolução Russa – causou surpresa geral em todo mundo, em 1989, ocasião em que a “louca experiência” soviética ruiu como um castelo de cartas, concluindo-se em um “estrondoso fracasso”.

O quarto aspecto igualmente singular das análises do teórico marxista de maior destaque da II Internacional foi a sua inabalável, consistente e reiterada convicção da indissociabilidade entre socialismo e democracia, o que o deixou, nesse aspecto, isolado no interior da própria social-democracia, da qual tinha sido o mentor incontestado. Mas sublinhe-se a íntima relação entre essa tese com a da natureza da transição socialista, já referida, geneticamente portadora desses três ingredientes: capitalismo avançado, protagonismo obreiro e democracia política.

Mesmo teóricos e líderes políticos social-democratas de primeira grandeza, como Otto Bauer – cujas análises foram feitas no apogeu da era estalinista – consideravam ser possível construir primeiro o socialismo, depois a democracia, nos países de economia atrasada e proletariado ainda incipiente. Com base em tais concepções, Bauer justificou a ditadura stalinista, mesmo lamentando as suas iniquidades, por considerar que tais países, antes de chegar ao socialismo, teriam que trilhar um caminho “que não poderia ser construído com os tijolos da democracia política” (SALVADORI, 1986, p. 300).

Nem mesmo Norberto Bobbio – que teve, entre muitos outros méritos, o de contribuir para que os partidos comunistas ocidentais de maior expressão abandonassem as posições leninistas refratárias à democracia na Europa Ocidental – compreendeu, como Kautsky, que a sua ausência em um regime político, significava também a do socialismo. Não apenas a do desejável, mas a do socialismo *tout court*. Logo, a esmagadora influência do leninismo, até os anos setenta, impediu que essa compreensão do socialismo encontrasse eco, o que fez com que a reconversão dos comunistas à democracia tenha ocorrido de forma tardia e incompleta. Na verdade, quando, com a queda do Muro de Berlim, deram-se conta dessa incompletude, deixaram de ser “comunistas”.

Podemos então nos perguntar: por que os conceitos elaborados por Kautsky sobre o comunismo soviético e o seu fracasso histórico continuam no limbo, quase como se não tivessem existido, quando o desabamento do comunismo soviético e o fortalecimento da democracia como regime político deveriam ter-lhe conferido enorme credibilidade? E por que Kautsky não foi sequer, independentemente da plena aceitação das suas teses, reabilitado como intelectual e como militante socialista? Ele que morreu no exílio, coerente, até o último momento, com as suas convicções marxistas e radicalmente democráticas.

Talvez a incompletude – para usar um eufemismo – da crítica dos marxistas ortodoxos, mas também a dos que não professam a ortodoxia comunista, em relação ao comunismo soviético, esteja no fato de que não se desvencilharam da premissa legitimadora do leninismo, a saber: quem exprimia os interesses da classe operária na Revolução Russa eram os bolcheviques. Portanto, essa “vanguarda” podia acertar ou errar, mas era ela, e somente ela, quem tinha legitimidade para conduzir a revolução.

Tudo é permitido aos comunistas, partindo-se desse axioma, inclusive instaurar, sob o olhar condescendente dos “verdadeiros socialistas”, a ditadura de uma parte do proletariado sobre outra, e a de uma minoria sobre a maioria da sociedade. Aceitando-se tal axioma, atos como o fechamento da Assembleia Constituinte pelos comunistas, por exemplo, não passaria, na melhor das hipóteses, de um “erro” praticado por um governo legítimo. Parece existir, conscientemente ou não, uma rejeição *a priori* de quaisquer análises, como a de Kautsky, que pretenda questionar a legitimidade do poder exercido pela vanguarda leninista, e do regime por ela comandado.

Daí porque as críticas feitas pelos socialistas influenciados pelo leninismo

[...] jamais focalizam os **mecanismos internos** do sistema falido, seus princípios fundadores, o desdobramento de sua lógica. O fracasso histórico do “socialismo real”, no entanto, impõe a obrigação de fazer tal exame, de modo a se de deixar, de uma vez por todas, refugiar-se atrás das imposições externas [...] (BOURDERON, 1990).

Eis uma das razões pelas quais “apesar da sua extraordinária cultura marxista” – o “Papa da II Internacional foi jogado pela *intelligentzia* de esquerda – e não só por ela:

[...] na lata do lixo da história e do pensamento. Mas, curiosamente, a condenação por ele sofrida se baseou em mera ‘suspeita teórica’. O desprezo recobre então a mera ignorância. Não foi, portanto, sob verdadeiros critérios teóricos que ele foi julgado. Não foi tanto a argumentação de Lênin, mas, sobretudo, a potência da URSS que refutou Kautsky. Mas o procedimento, por mais especioso que seja, poderá se retornar contra os seus artífices, pois o Estado fundado por Lênin revelou-se um formidável aparelho de ditadura e muitos poderão se encantarem com a clarividência daquele, desde 1918, analisava e denunciava o advento dessa ditadura (BERGOUNIOUX; MANIN, 1979, p. 77).

O desaparecimento do comunismo soviético não confirmou a hipótese, levantada em 1979, por esses reputados estudiosos do socialismo. Com efeito, a compreensão de que os regimes burocrático-estatistas que naufragaram não eram regimes socialistas com deformações

– que simplesmente não eram socialistas – continua sendo partilhada por uma minoria pouco expressiva de socialistas. Assim, os créditos não foram atribuídos a quem, durante dezenas de anos, contra tudo e contra todos, demonstrou à sociedade o caráter insustentável das contradições que minavam, desde as suas origens, os regimes do Leste Europeu.

Todavia, ao por em cheque o suposto socialismo do regime bolchevista, o teórico da II Internacional introduziu mais uma contribuição original à reflexão socialista. Trata-se da necessidade, apontada por Kautsky, de se construir uma Terceira Via, distante do capitalismo como do bolchevismo. Eis as suas características: caráter progressivo da transição para socialismo; classe trabalhadora como protagonista político central dessa transição, em aliança com as “camadas médias”, tendo como mola propulsora dessa os movimentos sociais, o sindicalismo e institucionalidade político-jurídica democrática, sob a égide de um governo representativo, eleito pelo sufrágio universal, com a gestão dos órgãos do Estado compartilhada entre esse último, os trabalhadores e os consumidores.

Nenhum partido efetivamente socialista negaria a atualidade dessa proposta, enquanto meta estratégica a ser alcançada, a médio e longo prazo, já que o anátema que ela sofreu, juntamente com a liquidação do comunismo, retirou, em quase todos os países, a transição para o socialismo dos programas de governo (Bolívia, Equador e Venezuela são possíveis exceções que confirmam a regra).

Já a proposta de Kautsky para a Rússia apresenta especificidades relacionadas com a natureza da transição de um regime de “capitalismo de Estado” para uma economia mista. Segundo Kautsky, impunha-se, no plano político, a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte, com restabelecimento da democracia. E, a nível econômico, a readequação da estrutura produtiva ao nível de desenvolvimento econômico daquele país, conservando-se o caráter estatal da propriedade em setores fundamentais da economia e privatizando-se aqueles que deveriam permanecer, pela sua natureza, como propriedade privada. Ou, ainda, os que, cuja estatização precoce ou indevida, efetivada pelos bolcheviques, tenha-se revelado desastrosa (SALVADORI, 1987, p. 178).

Contudo, tal transição, com características próximas à proposta por Kautsky, somente foi intentada tardiamente na Rússia por Gorbachov, mediante a *glanost* e a *perestroika*, quando a economia soviética se encontrava em franca obsolescência, assim como a ideologia que sustentava o estatismo burocrático em vigor. Já não havia então como evitar a efetivação do prognóstico do próprio Kautsky, segundo o qual nem o maior feiticeiro poderia retirar o bolchevismo do impasse em que havia se enredado.

## VI - A ESQUERDA BRASILEIRA PÓS-89: SOCIALISMO E DEMOCRACIA

### 6.1 OS COMUNISTAS DO LESTE EUROPEU E AS SUAS AVALIAÇÕES SOBRE OS REGIMES DE TIPO SOVIÉTICO

Mesmo durante os momentos finais da decomposição dos regimes do Leste, no ano de 1989, a esquerda brasileira mostrou-se mais realista do que o rei, na medida em que fez ouvidos moucos, até mesmo, para os próprios dirigentes de partidos comunistas na Europa do Leste. Vários deles, com efeito, preconizaram a liquidação desses partidos. Mais do que isso, alguns, como um Ministro de Estado e integrante do Birô Político do Partido Comunista Húngaro, sugeriram a liquidação, não apenas do PC, mas do próprio sistema comunista. Isso por considerar que é “impossível reformar a prática comunista existente atualmente na URSS e na Europa do Leste”. Ele disse também que é “mais favorável a um partido nas idéias socialistas e social-democráticas de que a de um ‘partido comunista reformado’” (LÍDER..., 1989).

Ainda naquele ano de 1989, em pleno processo de decomposição do “comunismo”, o número dois da *nomenklatura* da URSS, Leonid Albakin, Vice-Primeiro Ministro da URSS, condenou, veementemente, o estatismo, considerado “uma monstruosa deformação do marxismo”. E o próprio Pravda, jornal oficial do PCUS, dizia que a URSS precisa de especialistas ocidentais para resolver os “problemas típicos de uma economia completamente destruída” (GREVE..., 1989).

### 6.2 OS PARTIDOS DA ESQUERDA SOCIALISTA BRASILEIRA E SUAS AVALIAÇÕES SOBRE OS REGIMES DE TIPO SOVIÉTICO

#### 6.2.1 Partido Comunista do Brasil (PC do B)

O leninismo, ainda que declinante, exerce – e, em menor grau, outras interpretações esquerdistas do marxismo – uma influência difusa, mas onipresente – na esquerda brasileira, contribuindo para a sobrevivência de uma concepção autoritária de socialismo, que considera possível existir esse regime sem que nele haja efetiva democracia.

Exemplo paradigmático a esse respeito são as posições do Partido Comunista do Brasil. A Resolução final do seu XII Congresso, realizado em 2009, no capítulo intitulado Programa Socialista para o Brasil, afirma que o Partido continua “apoiando-se na teoria revolucionária marxista-leninista”, em uma realidade internacional “cuja essência é marcada pelo declínio relativo e progressivo dos EUA e pela rápida ascensão da China Socialista”.

No que se refere, especificamente, a mesma resolução lembra que o legado deixado com a experiência, “frondosa, embora derrotada” de edificação do socialismo na URSS é “precioso e influenciou em várias gerações a marcha da humanidade por confrontos civilizatórios”. Apesar de ter constatado a derrota dessa experiência, o PC do B ressalva que vários países continuam a desenvolvê-la. Entre esses, China, Cuba e Coreia do Norte, que “resistem com pertinácia, reformas e renovações”, mantendo “hasteada a bandeira do socialismo”.

Vê-se que a permanência do “marxismo-leninismo”, enquanto doutrina orientadora do PC do B, é coerente com as posições sobre o “socialismo real”, acima exposta, como o reconhecimento do caráter socialista, e, até, inovador da Coreia do Norte (PC do B, 2009). É evidente a relação entre tais posições e o “silêncio ensurdecidor” da resolução em comento sobre as causas que determinaram o desmoronamento dos regimes do Leste. É sintomático que essa questão, vital para o socialismo, não tenha merecido nenhuma análise do Partido. Essa, se realizada, não poderia deixar de buscar explicar como um regime, sendo socialista e, portanto, por definição, superior em todos os aspectos ao capitalismo, tenha podido ruir de forma estrepitosa, sem nenhuma reação dos trabalhadores, a não a ser a de regozijo da maior parte desses pela sua queda.

Nesse sentido, um recente artigo de Renato Rabelo, Presidente do PC do B, formula análises idênticas sobre o comunismo soviético. O que chama a atenção nesse artigo é a comparação que Rebelo faz entre o “grande surto revisionista” que se estabeleceu no âmbito da II Internacional, durante a primeira guerra mundial e o desmoronamento dos regimes do Leste. Da mesma forma que o inimigo revisionista foi vencido, a crise provocada pela *débâcle* do comunismo, segundo Rebelo, também será (2005). Não obstante tais análises, a estratégia reformista tem sido adotada, embora com um perfil baixo, pelo PC do B. Pois se pode, legitimamente, duvidar da relação entre sua participação nos governos de esquerda com uma efetiva estratégia de construção do socialismo, como defendia o “renegado”.

### 6.2.2 Partido dos Trabalhadores (PT)

Uma das três resoluções do último Congresso do PT, realizada em 31 de agosto e 1 e 2 de Setembro de 2007, o Socialismo Petista, é aquela que analisa, como se depreende do seu título, o socialismo. Não existe, porém, análise alguma do “socialismo burocrático” – que é como o documento em questão qualifica os regimes ditos comunistas – nem dos acontecimentos que culminaram com a queda do Muro de Berlim. Todavia persiste, como se vê, a qualificação de socialista aos regimes de tipo soviético. Assim, embora, desde 1990, em uma resolução também intitulada Socialismo Petista, o Partido dos Trabalhadores sublinha a necessidade de “praticar a autocrítica, dissolver fórmulas cristalizadas inoperantes, comparar experiências, ousar o inusitado” (PT, 1990), nada

disso ocorreu até hoje na matéria objeto de nosso estudo, nem na resolução de 1990, nem na de 2007. Os comunistas italianos ficaram à frente do PT, em matéria de autocrítica em relação aos regimes do Leste europeu haja vista a declaração de um dos últimos líderes do Partido Comunista Italiano, Achille Occhetto, dada em 1990: “Durante muito tempo sustentamos a plena valorização da democracia, sem concluir que as sociedades que a negavam não podiam ser socialistas” (1990).

A percepção da relação entre democracia e socialismo expressa, em 1990, persiste até hoje. Naquela época, Lula considerava que qualquer crítica aos países do Leste europeu “não pode esquecer as conquistas que o socialismo deu àqueles países”, especialmente Cuba. Lula considera legítimo o regime socialista da ilha, apesar de carente de aprimoramento democrático, a ser alcançado na “discussão fraternal” que trava com os “companheiros do Partido Comunista Cubano” (SILVA, 1991). Fidel, dizia Lula, “cumpra a constituição” e existe até mesmo, uma “forma democrática de governar”, ainda que “falte pluralismo” (sic) (ARBEX, 1991).

Ainda hoje prevalece, no essencial, o mesmo entendimento. Por isso, em episódio ocorrido no ano de 2010, o então Presidente da República e Presidente de Honra do PT fez a defesa da Justiça cubana e comparou os presos políticos em greve de fome a bandidos. Agiu coerente com a sua compreensão da natureza dos regimes burocrático-estatistas, considerando tais regimes dotados de legalidade e de legitimidade. E por isso, negou-se a interceder junto ao governo cubano pelos dissidentes em greve visto que [...] temos que respeitar a determinação da Justiça e do governo cubano, de prender as pessoas em função da lei em Cuba, assim como quero que respeitem o Brasil [...] (LULA, 2010).

Ademais, são numerosos os intelectuais e militantes petistas que compartilham as teses do sociólogo Emir Sade, para quem Cuba é país menos desigual e mais justo do mundo e deve tais conquistas a seu regime socialista. Dessa forma, se o país enfrenta graves problemas, isso se deve a razões externas: um “cerco criminoso de mais de quatro décadas” organizado contra Cuba. (SADER, 2006)

Por outro lado, a prevalência de concepções vanguardistas na esquerda socialista, em especial no PT, faz com que as ações supostamente revolucionárias de organizações (a exemplo do MST) como também a montagem de uma máquina de corrupção para arrecadar dinheiro para as campanhas (que Rui Fausto qualifica de *bolchevismo mafioso*) sejam vistas com simpatia ou com complacência. Com efeito, todo instrumento que a vanguarda (seja a partidária, seja a de movimentos sociais) utiliza para promover os objetivos socialistas deve ser acatado. No limite, a única regra incontestável é o respeito ao seu livre-arbítrio.

Mesmo considerando a forte influência – consciente ou não – dessas concepções, elas não alcançam alguma das importantes personalidades e setores do Partido. O que não quer dizer

que tenham empreendido, de forma completa, a crítica dos valores do **socialismo real** e dos seus pressupostos. Exemplar, a respeito, é a posição de Tarso Genro que denomina os regimes de tipo comunista soviético de **capitalismo de Estado** – considerando ser esse o primeiro passo da “acumulação soviética” – e denuncia a burocracia de tais regimes “que controla o Estado para seu proveito e para reproduzir privilégios”.

Não obstante, a sua crítica ao modelo bolchevique não se identifica, como aparenta, com a de Kautsky, pois o regime atacado não é o que se desenvolveu desde Lênin na Rússia, e sim, tão somente, o “stalinismo” (GENRO, 1999).

### 6.2.3 Partido Socialista Brasileiro (PSB)

O mais importante ideólogo e intérprete das posições doutrinárias do PSB é o professor Roberto Amaral, vice-presidente nacional desse Partido. Amaral reconhece que,

[...] muitos dos fatos desenvolvidos no Leste europeu têm assimilação difícil, e explicação ainda mais difícil e é por isso que tanto escrevemos sobre ele, e tanto o discutimos. Todos, porém, parecemos despreparados para uma reconstrução do marxismo que implicará, necessariamente, a recuperação de seus fundamentos democráticos originais [...] (2011, p. 68).

Ora, como se fará essa recuperação dos fundamentos democráticos do marxismo se quem nela mais se empenhou e considerou como uma questão de princípio, ínsita ao marxismo, a indissociabilidade entre socialismo e a democracia, permanece totalmente excluído desse debate? Com efeito, não se encontra uma única referência às teses de Kautsky sobre a natureza do bolchevismo nos documentos e do PSB e nos artigos de seus líderes.

Amaral não deixa de fazer críticas ao “socialismo burocrático” e até a “alguns princípios do leninismo”, como à ditadura do proletariado e ao “sistema de partido único” – mas não tira as conclusões que derivariam do aprofundamento dessa crítica. Essa, com efeito, sempre se detém no “stalinismo” e jamais questiona, como quase todos os socialistas de índole marxista, os mecanismos internos do comunismo soviético e a lógica do funcionamento desse sistema.

Nesse diapasão, as experiências do Leste europeu são reconhecidas como socialistas. O que se critica não é, portanto, a sua natureza, e sim “os erros do socialismo real”, “os crimes do stalinismo”, o “burocratismo soviético” e a “esclerose dos partidos comunistas”.

A incompletude da crítica leva à relativização do desempenho do socialismo real: Amaral destaca o papel que este desempenhou no processo de descolonização; a sua contribuição para a emergência dos movimentos populares e de libertação nacional; para a consolidação da

Revolução Chinesa, para a sustentação da revolução cubana e, sobretudo, para “a paz no mundo e a sobrevivência da Terra”, inviabilizando os desígnios belicistas do imperialismo (2011, p. 70).

Tais posições – de reconhecimento do caráter socialista dos regimes de tipo comunista – entram em flagrante contradição com a caracterização de socialismo, da lavra do fundador do PSB, João Mangabeira, e recorrentemente evocada pelo Partido e pelos seus dirigentes: Liberdade sem socialismo, de fato, liberdade não é. “Socialismo sem liberdade, socialismo não pode ser” (VIEIRA, 2007).

É essa contradição entre os princípios que norteiam, na retórica, o PSB, e seu apoio a regimes coletivistas burocráticos, como o de Cuba, o principal óbice a que o PSB possa incluir, no debate doutrinário sobre o comunismo, a contribuição de Kautsky. Sabemos, com efeito, que o célebre teórico da II Internacional não relativou, em nenhuma situação concreta, a indissolubilidade entre socialismo e democracia: sempre os concebeu como sendo os **reais e efetivos** pilares de uma sociedade autenticamente socialista.

## DERRUBAR MUROS IDEOLÓGICOS PARA REPENSAR O SOCIALISMO

Para Kautsky, a tarefa do socialismo era de zelar para que a catástrofe moral de comunismo não se torne a catástrofe do próprio socialismo e para que essa distinção estivesse claramente presente na consciência das massas. Com efeito, a morte do leninismo (ou a sua agonia) não poderia significar a morte do socialismo emancipador. Contudo, no imaginário coletivo, marxismo e comunismo, em pleno século XXI, continuam a serem confundidos. Para isso concorre a sobrevivência da impostura semântica que atende pelo nome de “marxismo-leninismo”. Mas, sobretudo, o fato de que catástrofe a que aludia Kautsky, ainda em 1918, e que ocorreu em 1989, não se restringiu ao plano moral: alcançou todas as dimensões de um modo de produção sob cuja égide vivia mais de um terço da humanidade.

Conforme nos mostra Quiniou, a crise do socialismo, provocada pelo desmoronamento do comunismo soviético,

É o momento do contra-senso coletivo mais extraordinário que a história já conheceu – talvez só a história temporal do cristianismo nos forneça um equivalente dessa crise- e que prolonga um contra-senso mais antigo sobre a relação entre Marx e Lênin: ela é percebida, pensada transmitida e, finalmente, interiorizada como a morte do marxismo e do comunismo (1992, p. 131).

Contudo, para que esse contrassenso não perdue, se imporia uma autocrítica consistente e ampla da *intelligentzia* de esquerda e de sua militância: uma autocrítica que até agora não veio. Conforme ensina Robin Blackburn “para qualquer doutrina, a capacidade de auto correção integral é tão importante quanto o seu ponto de partida” Esse seria um pré-requisito para um possível novo começo “a partir de um socialismo disposto a enfrentar a história e empenhar-se numa crítica mais acurada do projeto socialista” (1993, p. 107/111). Contudo, os posicionamentos dos partidos de esquerda e de seus líderes, assim como a literatura socialista, conforme vimos, mostra quão distante estamos de um debate amplo, sem exclusões, sobre econômico, social e político do que se convencionava chamar de **socialismo realmente existente**.

Não obstante, vivemos outro tempo, o de crescimento da consciência democrática e participativa, e do respeito aos direitos humanos que lhe é inerente. Por isso, é possível intentar a construção de espaços de debate que removam os limites impostos por certa *intelligentzia* de esquerda aos que querem desvelar os mitos sobre os quais se assentam a compreensão do socialismo e de sua real (ou suposta) efetivação.

Têm razão os que afirmam que a dissociação entre marxismo leninismo permanece uma condição *sine qua non* para a revitalização dos ideais socialistas, sem a qual o próprio Ocidente corre o risco, como demonstra a crise profunda que abala a Europa, de conhecer as piores regressões. E, também, condição para que estratégias de mudança possam ser construídas, nelas abrigando-os ingredientes que permitirão o seu êxito, a médio e longo prazo. Entre esses não pode faltar, não somente a democracia institucional e as regras de jogo em que se assenta, mas também o aprofundamento da *práxis* participativa, para interagir com o poder de Estado e contribuir para o seu efetivo controle. A gestão do Estado, com a participação ativa da sociedade, não é apenas uma ideia, e (ou) um ideal socialista, mas objetivo tão inseparável da realização de uma sociedade emancipada como a própria democracia.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto. **Socialismo & democracia**. Brasília, DF: Fundação João Mangabeira, 2011. 351 p.

ARBEX, José. Debate analisa socialismo com mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 1991.

BERGOUNIOUX, Alain; MANIN, Bernard. **La social-démocratie ou le compromis**. Paris: Presses Universitaires de France, 1979. 216 p.

BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: Depois da queda – o fracasso do comunismo e o futuro do

socialismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: 1993.

BOTTOMORE, Tom. Social-democracia. In: Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDERON, Roger. Sobre a análise dos países socialistas. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Socialismo: impasses e perspectivas**. São Paulo: Scritta, 1992.

FAUSTO, Ruy. A polêmica sobre o poder bolchevista. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 53, p. 29-67, 2001.

FOA, Lisa. Bolchevismo. In: BOBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1985.

GENRO, Tarso. Entre a estagnação e o futuro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1999.

GIRAULT, Jacques; ROBERT, Jean Louis. **1920: le Congrès de Tours**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1990. 188 p.

GREVE na URSS exige mudanças na Constituição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 1989.

LANE, David. Bolchevismo. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário de Política.

LENIN. Vladimir Ilitch. **A ditadura do proletariado**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LENIN. Vladimir Ilitch. **Les tâches immédiates du pouvoir des Soviets: oeuvres choisies**. Moscou : Ed. du Progrès, 1968. v. II.

LENIN. Vladimir Ilitch. **L'État et la Révolution**. Pékin: Éditions en Langues Étrangères, 1970. 153 p.

LÍDER húngaro pede liquidação do comunismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1989.

LULA faz defesa de Justiça cubana e compara preso político a criminoso. **Estadão.com.br**. Acesso em 21.12.2012.

LYRA, Rubens Pinto. **La Gauche en France et la construction européenne**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. 372 p.

LYRA, Rubens Pinto. **Textos de teoria política**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1989.

LYRA, Rubens Pinto. **Socialismo: impasses e perspectivas**. São Paulo: Scritta, 1992. 203 p.

KAUTSKY, Karl. **A ditadura do proletariado**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.1-90.

KAUTSKY, Karl. **Le bolchevisme dans l'impasse**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. 162 p.

KAUTSKY, Karl. **Terrorisme et communisme**. Paris: Ed. Jacques Povolovsky, 1919.

KAUTSKY, Karl. **O caminho para o poder**. São Paulo: Hucitec, 1979. 108 p.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, [19--]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Buenos Aires: Ed. Claridad, 1967. 203 p.

PC do B. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Resolução final do XII Congresso do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo, out. 2009.

PT. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O socialismo petista**. Resolução do 7º Encontro Nacional. 1990.

PT. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O socialismo petista**. Resolução do III Congresso Nacional do PT. 30 ago / 2 set. 2007.

OCHETTO, Aquille. Dar vida à fase constituinte de uma nova formação política. In: Congresso do PCI, 20., 1990. **Novos Rumos**, n. 17, 1990.

OCHETTO, Aquille. **O socialismo petista**. Resolução do III Congresso Nacional do PT. 2007.

QUINIOU, Yvon. Morte de Lênin, vida de Marx. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Socialismo: impasses e perspectivas**. São Paulo: Scritta, 1992.

REBELO, Renato. A luta pelo socialismo num novo tempo. **Revista Princípios**, n. 79. jun./jul. 2005.

SADER, Emir. Mudar, dentro do socialismo. Tendências/debates. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2006.

SALVADORI, Massimo. Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo. In: **História do Marxismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1982. v. II.

SALVADORI, Massimo. A crítica marxista ao stalinismo. In: **História do Marxismo**. LOCAL: Paz e Terra, 1982. v. 7.

SALVADORI, Massimo. Premissas e temas da luta de Karl Kautsky contra o bolchevismo. Desenvolvimento capitalista, democracia e socialismo. In: MATTICK, Paul et al. **Kark Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SILVA, Luis Inácio Lula. **Manifesto aos petistas**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1991.

VIEIRA, Margarida. **Semeando socialismo**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007. 150 p.